

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Jornal é meio adequado para publicação legal, diz CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, na última quarta-feira (4), que jornais, em formato impresso ou digital, são meios legítimos, seguros e adequados para a veiculação de publicidade legal, como editais e outros atos extrajudiciais. A decisão anula normas criadas por tribunais de Justiça de diversos Estados que restringiam a publicação desses atos a plataformas digitais mantidas por entidades cartoriais, como a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) e a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

A medida atende a um Pedido de Providências (nº 0007505-66.2023.2.00.0000) apresentado por três entidades do setor: a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal (Abralegal) e a Associação dos Jornais do Interior do Brasil (Adjori). Segundo essas instituições, as normas criavam uma reserva de mercado para os cartórios, impedindo que cidadãos, empresas e instituições escolhessem livremente veículos legítimos, como jornais, para realizar publicações exigidas por lei.

O relator do caso, ministro Mauro Campbell Marques, apontou que os tribunais estaduais extrapolaram sua competência ao impor normas administrativas que obrigavam a contratação de plataformas específicas, geralmente ligadas à associa-



(Foto: Divulgação)

ções de cartórios. Para o ministro, a exigência do uso exclusivo de sistemas cartoriais viola princípios constitucionais como a legalidade, a livre iniciativa, a impessoalidade, a moralidade e a livre concorrência.

“A decisão atendeu parcialmente o pedido. Em nossa visão, os cartórios não deveriam

ser autorizados a dar publicidade a esses atos, essa função deve ser exercida por veículos de comunicação, que garantem maior visibilidade e alcance à sociedade. Ainda assim, foi um movimento importante para a imprensa. Os sites dos cartórios são inapropriados para esse fim, enquanto os veículos de comu-

nicação são centenas de vezes mais visíveis do ponto de vista público”, afirmou Marcelo Rech, presidente executivo da ANJ. Ele também destacou que a questão não tem relação com a publicação de editais nem com a Lei das S.A.

A decisão do CNJ impacta diretamente Estados como Rio

Grande do Norte, Paraná, Tocantins, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Amazonas, Paraíba, Rio de Janeiro e Acre, cujos tribunais haviam determinado, por meio de provimentos administrativos, que os atos extrajudiciais fossem publicados obrigatoria-

mente em portais de entidades e centrais eletrônicas estaduais mantidas por associações de registradores.

Na avaliação do CNJ, tais medidas favoreciam determinados prestadores e distorciam o princípio da ampla concorrência. Ao retirar a exigência de uso de portais específicos, o Conselho restabeleceu a possibilidade de livre escolha pelo interessado sobre onde realizar a publicação, desde que o meio escolhido atenda aos critérios de ampla publicidade e acesso público.

Em nota conjunta divulgada nesta quarta-feira, ANJ, Abralegal e Adjori afirmaram que a decisão representa um avanço institucional. Para as entidades, a medida reforça o papel dos jornais como canais de comunicação confiáveis e com ampla circulação, garantindo maior transparência no acesso a informações de interesse público.

“A publicação em jornais impressos e digitais aumenta em muito a publicidade desses atos, já que o alcance dos jornais em suas variadas plataformas é incomparavelmente maior do que nos sites até então utilizados”, afirmou o diretor de relações institucionais da ANJ, Júlio César Vinha, em nota à imprensa.

As entidades também argumentam que manter os jornais como opção para a publicidade legal ajuda a preservar pilares fundamentais da democracia, como a segurança jurídica, o direito à informação e a pluralidade dos meios de comunicação.

LEIS & PROJETOS

Câmara pode votar projeto que cria indenização para fiscais que atuam no combate à gripe aviária

A Câmara dos Deputados pode votar projeto de lei que cria uma indenização para fiscais agropecuários trabalharem além do horário normal na fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem animal. Com parecer já apresentado em Plenário pela deputada Roberta Roma (PL-BA), o Projeto de Lei 3179/24, do deputado Domingos Sávio (PL-MG), cria também adicional de trabalho para auditores fiscais federais agropecuários e auxiliares de fiscalização que trabalhem com inspeção permanente nesses estabelecimentos. O valor será devido se a localidade for considerada estratégica pela Secretaria de Defesa Agropecuária, como nos casos recentes de gripe aviária. A relatora incluiu ainda os médicos veterinários entre os beneficiários. O custo das indenizações será bancado por taxa criada pelo projeto a ser paga por esses estabelecimentos fiscalizados.

Fundo - Já o Projeto de Lei 711/22, do ex-deputado Jeronimo Goergen (RS), cria o Fundo Nacional de Defesa Agropecuária (Fundagro), na forma de associação privada sem fins lucrativos, para reunir recursos de associados a fim de apoiar ações de prevenção, controle, vigilância e emergências zootossanitárias.Segundo o texto da Comissão de Agricultura, do deputado Pezenti (MDB-SC), o fundo também poderá pagar compensações e indenizações a produtores animais, vegetais ou outros itens tenham sido destruídos em “ações definidas pelos órgãos oficiais de defesa agropecuária”.

Além disso, seus recursos apoiarão instituições públicas do setor na formação e treinamento de pessoal por meio de bolsas de pesquisa, manutenção de imóveis e equipamentos e apoio a projetos mantidos pelo fundo.

Parlamentares do BRICS querem reforma das instituições internacionais e uma governança global justa

Declaração conjunta aprovada na sessão de encerramento do 11º Fórum Parlamentar do BRICS defende o multilateralismo, uma governança global justa, equitativa e inclusiva e a reforma das instituições internacionais para refletirem melhor as vozes e os interesses dos países em desenvolvimento.

“Defendemos uma ordem mundial baseada no respeito mútuo, na igualdade e na cooperação internacional”, diz o documento final do encontro. O documento sugere a diversificação de meios

de interação entre os legislativos dos países do bloco, como fóruns para jovens parlamentares e encontros temáticos, além de garantir como evento anual regular a reunião de mulheres parlamentares do BRICS.

Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a declaração é uma importante mensagem política para os chefes de Estado e Governo que se reunirão no Rio de Janeiro para a cúpula dos BRICS em julho e também para a comunidade internacional.

Comissão aprova acesso integral a terapias para pessoas com autismo



(Foto: Câmara)

Zé Haroldo Cathedral: tratamentos precisam ter o aval do Ministério da Saúde.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou proposta que assegura às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) o acesso integral a intervenções terapêuticas baseadas em evidências e regulamentadas pelo Ministério da Saúde. Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR), ao Projeto de Lei 473/23, do deputado Marx Beltrão (PP-AL). A versão do relator amplia o alcance da proposta original.

Comissão aprova projeto que exige oferta de material escolar adequado a estudantes com deficiência

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga as escolas a oferecerem material escolar adequado às especificidades dos estudantes com deficiência. O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), para o Projeto de Lei 1780/24, da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT-GO). O relator fez ajustes na redação, mantendo a ideia original.

“Esta proposta explícita e fortalece obrigações já estabelecidas na legislação”, explicou Aureo Ribeiro. A versão aprovada altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. “É preciso garantir não apenas o acesso físico às instituições de ensino, mas também um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades individuais dos alunos”, disse a deputada Delegada Adriana Accorsi, autora da versão original.

lator, já é oferecida nos serviços públicos de saúde.

Zé Haroldo Cathedral destacou a necessidade de os tratamentos para o TEA terem o aval do Ministério da Saúde, como prevê o texto aprovado. “O processo tem o intuito de assegurar a eficácia e a segurança dos tratamentos, bem como o

custo-benefício e o impacto orçamentário”, disse.

Próximos passos - O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Comissão sobre aposentadoria de agentes de saúde será instalada na terça

A comissão especial da Câmara dos Deputados que vai discutir a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE) será instalada nesta terça-feira (10), às 14 horas, no plenário 10.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/21, em análise no colegiado, prevê a concessão de aposentadoria para os agentes que comprova-

rem 25 anos de efetivo exercício nas funções de campo e nas unidades de saúde da atenção básica ou da vigilância epidemiológica e ambiental. A pensão será integral e paritária. Após a instalação, serão eleitos o presidente e os vice-presidentes da comissão. O deputado Antonio Brito (PSD-BA) deve ser relator da PEC, e o deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) deve assumir a presidência do colegiado.

PUBLICIDADE LEGAL

Caltabiano McLarty Participações S.A.
CNPJ nº 07.133.841/0001-16 NIRE 35.300.319.796
Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 16/06/2025 às 11h30, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/24, destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos. A Assembleia Geral Ordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Ordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. São Paulo, 07/06/25. Alessandro Portella Maia, Diretor Presidente.